
Revista
IDeAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Ter de onde partir: uma experiência agroecológica
no assentamento Martíres de Abril – MST (Pará)¹

Elen Cristina da Silva Pessoa²

Resumo

A proposta deste artigo é apresentar a experiência de agricultura de base agroecológica, que vem sendo implementada em um dos estabelecimentos do assentamento Mártires de Abril-MST/Pará, Município de Belém, Distrito de Mosqueiro. Essa atividade é realizada no Lote Agroecológico de Produção Orgânica – LAPO pertencente ao casal Mamede Oliveira e Teófila Nunes. O objetivo deste estudo foi verificar como se iniciou esse processo, a fim de compreender a sua forma de organização, bem como a proposta agroecológica a partir de um modelo de organização e reprodução social não mais caracterizado

¹ Este artigo é dedicado ao camponês Mamede Gomes de Oliveira (*In Memoriam*), um grande defensor da reforma agrária. Homem do campo que implementava e difundia a agroecologia

² Economista, Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPB), associada do Instituto Amazônia Solidária e Sustentável – IAMAS. E-mail: elenpessoa@yahoo.com.br

como coletivo ou semicoletivo, mas individual. Por meio deste trabalho foi possível observar as dificuldades em implementar essa agricultura no assentamento, tendo como um dos fatores a ausência de políticas direcionadas ao assentamento que possam atender às necessidades de implementação de uma agricultura de base agroecológica.

Palavras-chave: Agroecologia; Lote Agroecológico de Produção Orgânica; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Abstract

The aim of this article is to present the agro ecological experience being implemented in one of the establishments of Mártires de Abril-MST Settlement /Pará, Municipality of Belém, District of Mosqueiro. This activity is carried out at Lote Agroecológico de Produção Orgânica (Agro-Ecological Lot of Organic Production) - LAPO belonging to Mr. Mamede Oliveira and Mrs Teófila Nunes. The study aimed to check how this process initiated, in order to understand its organization form , as well as the agro-ecological proposal based on an organization model and social reproduction no longer characterized as collective or semi-collective, but individual. Through this research, it was possible to observe the difficulties to implement this type of agriculture in the settlement, having as one of the factors, lack of policies directed toward the settlement that could meet the needs for implementation of an agro-ecological based agriculture.

Keywords: Agroecology; Lot Agroecologic Organic Production; Landless Workers Movement.

1 Introdução

O assentamento Mártires de Abril foi criado em novembro de 2001, numa área onde antes funcionava a Fazenda Taba em Mosqueiro, como descreve Abe:

(...) a localização da área na Capital, não se constituindo como uma área rural propriamente dita, mas uma área periurbana, situada num balneário, portanto, um local de veraneio para uma significativa parcela da população de Belém e se compõe um centro turístico importante do Estado (ABE, 2004, p. 25).

Abe (2004) registra que, à época da constituição do projeto de assentamento (PA), a proposta era implementar uma organização de caráter coletivo com gestão familiar. Porém, atualmente essa forma não está mais presente; o assentamento encontra-se reorganizado com gestão familiar de caráter individual. Os núcleos familiares foram desconstituídos ficando os lotes ou estabelecimentos divididos individualmente pelas famílias, mantendo-se a área estabelecida em aproximadamente quatro hectares para cada família. O assentamento mantém famílias residentes na agrovila e outras no próprio lote.

Em relação à discussão conceitual, este trabalho procura abordar a agroecologia e a relação com a experiência do LAPO, explicitando sua concepção agroecológica e sua constituição como experiência desafiadora, conforme declarou Mamede Oliveira (2011): “agroecologia é um desafio”. E, apoiando-se nessa proposta, seus proprietários acreditam ser possível produzir, consumir e conviver dentro de uma prática que respeite o meio ambiente onde se vive, utilizando os recursos naturais existentes na propriedade, numa perspectiva de realização e satisfação que ultrapassa um caráter puramente econômico.

O lote encontra-se dividido em áreas distintas: pomar, área produtiva, área de pousio e reserva. Desde a sua origem enquanto LAPO até o presente momento, houve uma expansão das atividades ali realizadas, constando desde produção de culturas temporárias, permanentes e pequenos animais até ampliação de benfeitorias.

Outro destaque importante é a referência que essa experiência está trazendo ao assentamento. Por ser o primeiro lote a introduzir uma agricultura de base agroecológica, tem chamado a atenção de pesquisadores e famílias de outras áreas e localidades que visitam o estabelecimento para conhecer essa experiência.

Os proprietários do LAPO, Mamede Oliveira e Teófila Nunes – conhecidos por Mamede e Téo –, são oriundos do Maranhão e Pará, respectivamente. Os dois têm histórico, identificação e origem com a terra. Em entrevista com o casal, foi possível conhecer um pouco mais sobre a dinâmica do LAPO e a maneira como o casal conduz seu trabalho.

O presente estudo objetivou conhecer a dinâmica do LAPO, verificar como se iniciou esse trabalho, observando o estágio atual do lote, permitindo compreender a sua forma de organização, bem como a proposta agroecológica a partir de um modelo de organização e reprodução social não mais caracterizado como coletivo ou semicoletivo, mas individual.

A escolha por apresentar essa experiência no assentamento Mártires de Abril se deu por conhecer o assentamento, bem como pelas visitas ao casal em seu estabelecimento, há alguns anos, e por ser o LAPO o primeiro estabelecimento a introduzir uma experiência de base agroecológica pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Estado do Pará.

As fontes utilizadas para a pesquisa foram: entrevista com o casal para conhecer um pouco mais a sua experiência, visitas ao lote e observação participante. Nesse processo de visitas, observações e entrevista, uma das sugestões recebidas do Sr. Mamede foi o título do trabalho – o mesmo do vídeo por eles organizado e produzido em 2010. Outra fonte de pesquisa realizada foi a documental e bibliográfica acerca de discussões teóricas sobre agroecologia, além de consultas a relatórios de trabalhos existentes sobre o LAPO e textos voltados a essa área.

Dessa forma, o artigo encontra-se estruturado em quatro seções, iniciando com a introdução, seguida de elementos conceituais a respeito da agroecologia e posteriormente do LAPO. Por fim, são tratadas as considerações finais observadas sobre a experiência do LAPO em Mosqueiro/Pará.

2 O LAPO e as discussões sobre agroecologia

2.1 As discussões sobre agroecologia

A transição da fase agroexportadora para a fase industrial no Brasil levou a uma concentração nas transformações econômicas, sociais e políticas, provocando uma maior expansão do capital para o campo, contribuindo para um quadro de transformações nas relações de

produção, ou seja, na forma de organização do trabalho e da produção, no nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais e na produtividade das pessoas ocupadas no campo, estendendo-se mais fortemente a partir dos anos 1960 e 1970. Para garantir o mercado agrícola, o Estado passa a implementar políticas agrícolas para essa nova realidade rural.

Na dinâmica atual, cujo modelo de agricultura advém de uma lógica herdada pela revolução verde, as práticas agrícolas mantêm-se com produção em grande escala, com grandes extensões de terras, agredindo o meio ambiente, desprotegendo os recursos naturais existentes e tornando esse processo produtivo muito mais dependente dos recursos naturais e de insumos. Como afirmam Caporal e Costabeber (2004, p. 8) “(...) reconhecidamente, é mais dependente de recursos naturais não renováveis e, portanto, incapaz de perdurar através do tempo”.

Diante desse cenário, e com uma repercussão principalmente nos países da América Latina, implementam-se e tornam-se fortes no Brasil as discussões e estudos numa perspectiva agroecológica. Alguns autores chamam a atenção para o surgimento de um movimento da agricultura alternativa que se expande, e a partir dos anos 1990 inicia um processo bem maior.

Outras duas correntes fortes e expressivas vêm se destacando e se dedicando ao desenvolvimento da agroecologia: a norte-americana e a europeia. Moreira e Carmo (2004, p. 44) ressaltam que essas duas correntes “possuem suas raízes históricas na América Central.” Essas duas escolas receberiam influência de Angel Palerm e Hefrain Xolocotzi, Victor Toledo, Stephen Gliessman, Miguel Altieri, Sevilla-Guzmán.

Moreira e Carmo (2004), quando tratam da escola norte-americana, ressaltam:

Para Gliessman (2001), vinculado à escola agroecológica norte-americana e fortemente atrelado aos estudos da agricultura tradicional mexicana, a agroecologia deriva da ecologia e da agronomia, áreas do conhecimento que, apesar de terem acumulado um relacionamento tenso durante

o século XX, tiveram alguns cruzamentos férteis“. (GLISSMAN apud MOREIRA e CARMO, 2004, p.44)

Sobre a escola europeia, os autores destacam:

(...) o surgimento da agroecologia na Espanha como produto da confluência entre o ascendente movimento ecologista, a força que ainda tinha o movimento camponês em sua luta contra a marginalização e a continuidade das reflexões da Nova Tradição dos Estudos camponeses, abrindo caminho para uma caracterização agroecológica do campesinato (MOREIRA e CARMO, 2004, p. 47).

Portanto, Moreira e Carmo (2004) trabalham o enfoque agroecológico aplicado aos conceitos e princípios, bem como dimensões, de diferentes ciências, tais como: ecologia, agronomia, sociologia, antropologia e economia ecológica.

Assis e Romeiro (2002) observam um crescimento de práticas alternativas no meio rural, que permitem a muitos agricultores manejarem suas propriedades com possíveis reduções de custos e com uma rentabilidade melhor que os sistemas convencionais.

Nesse sentido, as discussões sobre agroecologia passam a se caracterizar como um movimento que tomou força e conquistou espaços no meio científico a partir de autores como Altieri, Guzmán, Gliessman. Logo, a agroecologia passa a ser estudada, debatida e defendida como ciência, tratando o enfoque agroecológico ancorado na ecologia e nos agroecossistemas.

Brasileiros como Caporal e Costabeber (2004, p. 6) ressaltam a agroecologia como “expressão sociopolítica do processo de ecologização”. Esses autores utilizam o termo agricultura de base ecológica para:

(...) distinguir os estilos de agricultura resultantes da aplicação dos princípios e conceitos da agroecologia (estilos que, teoricamente, apresentam maiores graus de sustentabilidade no médio e longo prazos). Se pretende marcar a distinção entre agriculturas de base ecológica,

baseadas nos princípios da agroecologia, daqueles estilos de agricultura alternativa que, embora apresentando denominações que dão a conotação da aplicação de práticas, técnicas e/ou procedimentos que visam atender certos requisitos sociais ou ambientais, não necessariamente terão que lançar ou lançarão mão das orientações mais amplas emanadas do enfoque agroecológico (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p.8).

Portanto, o conceito de agroecologia surge como um novo enfoque científico que permite uma melhor transição para estilos de agriculturas mais sustentáveis.

Para Caporal e Costabeber (2002), a agroecologia busca reduzir a agressão ao meio ambiente, incluir socialmente as famílias e também proporcionar melhoria econômica. Os autores vinculam essa prática à oferta de produtos limpos.

(...) a agroecologia nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 13).

De acordo com esses autores, não se pode resumir a agroecologia a uma proposta ou prática tecnológica, muito menos a uma política pública, devendo ser tratada como uma ciência,

(...) a agroecologia tem sido reafirmada como uma ciência ou disciplina científica, ou seja, um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que nos permitem estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas. Os agroecossistemas são considerados como unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em prol do desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 14).

Ancorados em Altieri (1989), Caporal e Costabeber (2004) observam a agroecologia numa perspectiva ecológica, com enfoque sistêmico, adotando agroecossistemas. Desse modo, “seus objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais (ALTIERI, 1989 apud CAPORAL E COSTABEBER, 2004, p.11).

Segundo Caporal e Costabeber (2004), é preciso ter cuidado ao se discutir ou trabalhar a agroecologia, para que não se instale a ideia de que venha a ser uma prática com foco orientado para segmentos específicos de mercado e de consumo. Sua abrangência é muito maior e leva em consideração elementos de diferentes áreas e diferentes relações: sociais, culturais e tradicionais. E, em virtude de transcender especificamente mercado e consumo, torna-se, como afirmou o Sr. Mamede (2011) em entrevista, “um desafio, um modelo de agricultura que precisa ser aplicado com calma”.

Como características da agricultura agroecológica, Caporal e Costabeber salientam que a mesma deve atender a critérios como:

(...) a) baixa dependência de insumos comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; h) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 15).

A ideia defendida pelos autores supracitados é que a proposta agroecológica trata a produção de alimentos com base na qualidade, e

numa quantidade que possa atender não somente às famílias que a produz como também a todos os demais na sociedade, além de possibilitar um modelo produtivo e sustentável em longo prazo. Trabalham num enfoque que trata a agroecologia como um processo de modificações na forma de manejos de agroecossistemas. Dessa forma, trata-se:

(...) de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente a busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 12).

Para Guzmán (2002), não se pode desconsiderar a inserção e importância das ciências sociais nos estudos sobre agroecologia. No seu texto “A Perspectiva Sociológica em Agroecologia”, destaca a natureza social da agroecologia, apoiada, segundo o autor, na ação social coletiva. “(...) Agroecologia tem uma natureza social. Apoiar-se na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil vinculados ao manejo dos recursos naturais, razão pela qual é também sociológica” (GUZMÁN, 2002, p. 19).

Estudar e implementar a agroecologia requer a incorporação de técnicas e conhecimentos que permitam conhecer e manejar as propriedades e os sistemas agrícolas. Guzmán (2002) ressalta a perspectiva estrutural como elemento central para a agroecologia, para que a agricultura se desenvolva de forma mais participativa.

Tem-se, portanto, a família como principal sujeito participativo, que busca definir seus caminhos, estabelecer estratégias para assegurar sua existência, sua permanência e representatividade no cenário rural, passando a deter autonomia nas suas decisões. Ratifica-se a necessidade de se investir principalmente em estudos e métodos para implementar uma agricultura de base agroecológica, justamente por serem os agricultores de base familiar o segmento que favorece e contribui com a economia no abastecimento de alimentos e que em muitos casos é visto e

tido à margem econômica, política e social no país, resistindo a essas dificuldades e obstáculos da lógica de mercado.

A experiência desenvolvida pelo LAPO, ao que nos parece, vem contribuindo para estabelecer estratégias, assegurar sua existência, sua permanência e representatividade no cenário rural da agroecologia, cujos estudos e métodos apontam para a importância deste no processo de transição agroecológica no Estado e conseqüentemente para a produção de alimentos e a sustentabilidade do agroecossistema local, porém para além de uma visão tecnicista de agroecossistema, mas incluindo elementos ecológicos, sociais e culturais, como tratam Moreira e Carmo (2004).

2.2 O Lote Agroecológico de Produção Orgânica – LAPO

O LAPO integra o PA Mártires de Abril localizado na ilha fluvial de Mosqueiro, situada a aproximadamente 70 km de distância do Município de Belém, ao qual pertence como distrito.



Figura 1 – Ilha de Mosqueiro.

Fonte: Menezes, Lameira e Wanzeller, 2011.

Antes de tornar-se um lote individual, fazia parte de um núcleo maior, em uma estrutura organizada coletivamente denominada núcleos de base. Naquela estrutura coletiva os participantes planejavam e organizavam todos os núcleos e suas famílias.

O assentamento Mártires de Abril, destacado em azul-marinho no mapa a seguir, surgiu como resultado de muitas lutas após a ocupação da então Fazenda Taba, em Mosqueiro. A área foi ocupada em maio de 1999 e decretada como assentamento em 2001, com 91 famílias assentadas (ABE, 2004).

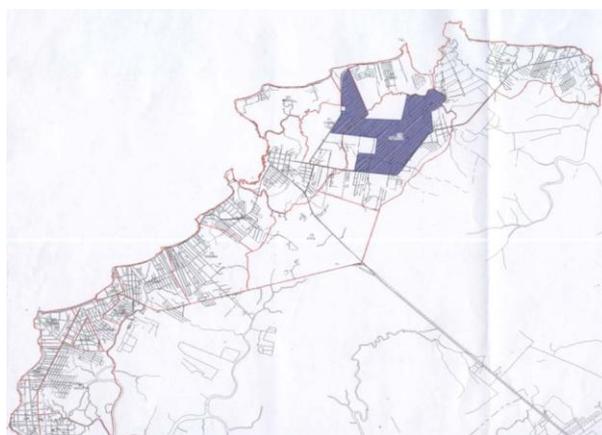


Figura 2 – Imagem cartográfica do assentamento Mártires de Abril.

Fonte: Abe (2004, p. 108)

A denominação LAPO para o assentamento surgiu, segundo Mamede, como uma brincadeira, porque em frente a seu lote existem duas chácaras com identificações de placas esculpidas em madeira, e por isso a placa do LAPO foi preparada em zinco com letras vermelhas significando uma lapada no sistema capitalista e no olhar da burguesia, portanto, contraponto a forma de organização dos estabelecimentos rurais tradicionais e diferentes à concepção trabalhada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. O outro motivo seria uma segunda lapada para mostrar que o MST e os sem-terra produzem, e não apenas ocupam terras, conforme relata Mamede (2009): “uma

lapada também porque a burguesia diz que o MST e os sem-terra não produzem, não trabalham. É uma questão de dar uma lapada pra mostrar que a gente quer produzir, não só ocupar como eles dizem” (Declaração de Mamede, 2009, documentário LAPO).



Imagem 1: Placa de identificação do LAPO

Fonte: Acervo Mamede e Téo-2010.

A proposta do LAPO surgiu em 2005. Com área medindo quatro hectares, o lote passou a funcionar de forma individual e não mais coletiva, administrado por Mamede e Téo. É considerada pelo MST/Pará a experiência em agroecologia mais avançada, segundo Rocha (2010), e a primeira experiência nesse projeto de assentamento. Além do LAPO, o casal mantém residência na agrovila, local onde habitavam quando do início do assentamento, porém a partir de 2011 passaram a residir definitivamente no LAPO.

Como toda mudança de prática na agricultura, o LAPO apresentou e ainda apresenta dificuldades. Segundo Rocha, alguns fatores que dificultam ou limitam a atividade são:

- a) o tamanho e geometria do lote, que conta com apenas 4ha (quatro hectares), tendo um tamanho de 30m de frente por 1.500m de fundo, ou seja é muito estreito; b) a falta de assistência técnica, pois um modelo baseado na agroecologia necessita de técnicas,

planejamento e conhecimentos que, apesar de resgatar a cultura e saberes camponeses de 10.000 anos sobre a agricultura, muito precisa ser reaprendido; e c) o fato de ser a única experiência dentro do assentamento, e mesmo até pouco tempo a única experiência do MST em todo o estado, o que limita as possibilidades de intercâmbio de conhecimentos, técnicas e saberes (ROCHA, 2010, p. 2).

Conforme Rocha (2010), a forma de inserção e organização dessa agricultura agroecológica no LAPO surge como um contraponto ao modelo de agricultura predominante, ou seja, se propõe a enfrentar o modelo de agricultura convencional, cuja produção é realizada em larga escala, direcionada e que fortalece o agronegócio. A proposta do LAPO na compreensão do MST é de um modelo que busca agregar o cuidado e a preservação da natureza, além de garantir a soberania alimentar. Esses elementos, seguidos pelo Movimento, também somam na busca pela implementação da reforma agrária.

Essa compreensão tem uma relação direta com as discussões conceituais ao considerar elementos como a garantia da soberania alimentar e o cuidado e a preservação da natureza que, por conseguinte, fortalecem as relações sociais e humanas existentes no meio e nos estabelecimentos rurais familiares, experiência que vem sendo vivenciada por Téo e Mamede.

O LAPO está todo organizado e distribuído da seguinte forma: na entrada há o pomar, seguido de uma área de roça consorciada com cultivo de hortaliças; uma área de pousio e uma pequena área de mata com cultivo de espécies frutíferas como o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), bacuri (*Platonia insignis*), açaí (*Euterpe oleracea*), além de espécies como andiroba (*Carapa guianensis*) e uma pequena extensão de área degradada.

Apesar de a figura a seguir apresentada ser de 2008, reflete e representa a forma como atualmente está distribuída a área do LAPO, como demonstrou Muniz (2008, p. 1):

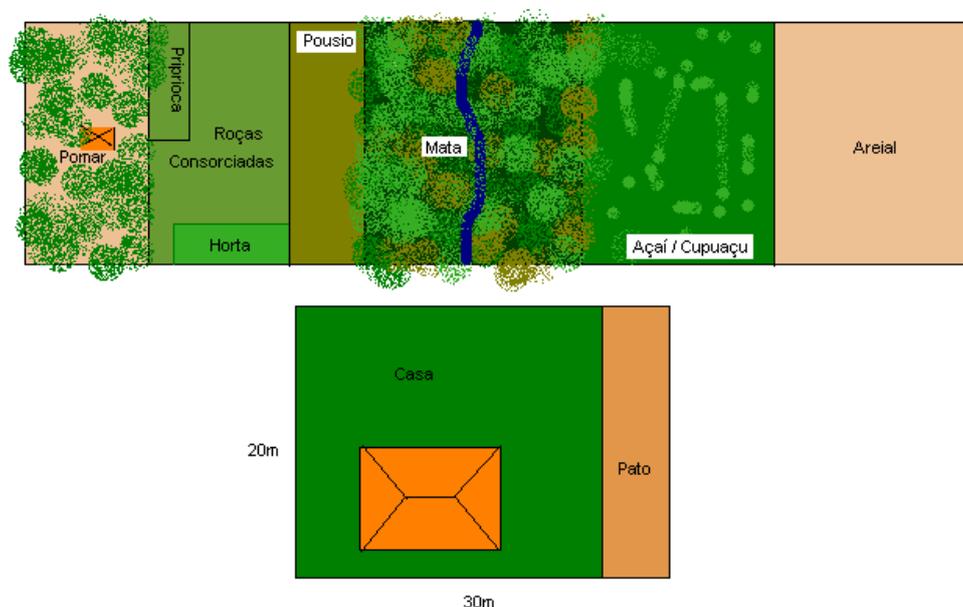


Figura 3: Planta do lote LAPO e da residência na agrovila do assentamento.

Fonte: Muniz (2008)

As atividades produtivas trabalhadas no lote são diversas, vão de temporárias a permanentes, além de manter pequenas criações de pato, galinha e suíno. Dentre as culturas temporárias que contribuem para geração de renda da família têm-se o cultivo da macaxeira e hortaliças (cariru, couve, alface, coentro, cebolinha); a principal cultura permanente é a do coco. Há também outros cultivos, tais como maracujá, pepino, melancia, abacaxi, acerola, banana, café, feijão e limão. Na área de reserva são encontradas, entre outras, as seguintes espécies florestais: ipê, mogno, cedro, cumaru, paricá e teca. Cabe aqui observar que, de acordo com a Figura 3 (planta do LAPO), na área descrita como açaí/cupuaçu, houve uma queimada em decorrência de queima de roça em estabelecimento próximo, levando à destruição de dois núcleos de famílias (de produção) – o 01 e o 07 –, no ano de 2003, e à perda da produção. Essa área apresenta-se nos dias atuais apenas com alguns pés de cupuaçu e coco.

Dentre as práticas utilizadas para realização das tarefas, Mamede usa o roço, pois considera a capina prejudicial para o tipo de solo do local que

é arenoso: “Em solo arenoso, a capina é prejudicial, pois na cavação aumenta a erosão, a chuva vai levando o pouco nutriente que tem. O roço, a matéria orgânica cai entre os troncos e plantas, tornando mais difícil a erosão” (Relato de Mamede, entrevista, 2011).

Para Mamede (2011), a compreensão da prática ecológica pede que se trabalhe em terreno estreito a roça manejada, roçando um lado, depois o outro. No caso de terrenos largos, o roço se dá em fileiras, o que permite manter a vegetação com folhas novas e folhas velhas, preservando os insetos, como lagartas e besouros, evitando assim que eles ataquem as plantas, já que esses insetos terão folhas para comer.

Além das culturas citadas, há também a atividade de apicultura com um pequeno apiário atualmente com duas caixas. O mel ali produzido, em média seis a oito litros por período, serve para o consumo do casal e para comercialização. Para o casal, o trabalho com a produção de mel se tornou difícil devido às condições da região, pois não há florada, chove muito e com a chuva a abelha tem dificuldade de capturar o mel, além do vento que atrapalha muito. Há também dois tanques escavados construídos e em funcionamento, com criação de peixes (tilápia, tambaqui, tambacu e aracu). A experiência com criação de peixes surgiu há dois anos, e a produção permite gerar renda e garantir a subsistência do casal.

Outras práticas desenvolvidas no LAPO são a adubação verde e a adubação por cobertura de vegetação e folhagens (adubação verde/cobertura morta). Além do uso de cobertura vegetal, passaram a trabalhar com adubo oriundo do esterco das galinhas criadas no próprio lote, porém esse adubo é utilizado somente na horta (tecnologia local e conhecimento tradicional x processos e novas tecnologias de produção). Nos demais plantios a recuperação e a fertilização do solo são feitas com leguminosas e folhagens de plantas que vão caindo.

Outra atividade presente nesta prática de produção agroecológica que agrega valor à propriedade é a produção de produtos fitoterápicos. Esse trabalho é organizado por Téo, que utiliza a priprioca (*Cyperus articulatus* L.), o patchouli (gênero *Pogostemon*), o própolis e a andiroba

(*Carapa guianensis*) como elementos essenciais na elaboração de gel, perfumes e sabonetes.

3. Considerações finais

A agroecologia consegue conciliar ciência, estratégias e perspectiva sociológica para uma nova agricultura. Uma agricultura menos poluente, mais justa, que agregue homem e meio ambiente de forma equilibrada e que a médio e longo prazos possibilite manter os recursos naturais por mais tempo, além de proporcionar geração de renda para manter a sustentabilidade das famílias. Tem a capacidade de incluir socialmente e tornar o agricultor mais independente do mercado e do consumo.

A experiência de Mamede e Téo mostra que é possível fazer a transição para a agroecologia. Nesse sentido, o casal procura implementar a prática agroecológica para que futuramente sejam independentes de elementos como os insumos comerciais. Um exemplo dessa vivência é que no seu lote conseguem manter e adaptar as suas criações de animais com alimentos produzidos no próprio estabelecimento e, com isso, possibilitam aos animais crescerem mais saudáveis, livres de hormônios ou outros elementos prejudiciais à saúde deles e principalmente a dos homens.

As dificuldades no LAPO ainda existem, e são muitas. Uma delas é a ausência de políticas direcionadas ao assentamento que possam atender às necessidades de implementar essa prática, e um fator que se soma a essas dificuldades é a falta de assistência técnica. Suas atividades são realizadas com práticas a partir das suas experiências, da troca de conhecimento com outros estabelecimentos e da parceria com os amigos do movimento.

Para o casal, ter de onde partir passa por essa transição para uma prática agroecológica. Essa agricultura exige de quem a pratica muita paciência, disciplina e crença na possibilidade de mudança, além de estar disposto a enfrentar as dificuldades e os desafios que são colocados. Para eles: “agroecologia é um desafio, é com muita calma” (Mamede e Téo, 2011).

4. Referências Bibliográficas

ABE, Marlene Naoyo. **Mártires de Abril: O MST semeando a utopia camponesa**. Dissertação Programa de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/NEAF, Belém, 2004.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A R. Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente: caminhos da agricultura ecológica**, n. 6, Curitiba: UFPR, 2002.

BARCELLOS, Sérgio Botton. As iniciativas e experiências em agroecologia como estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária. In: **Mundo Agrário**, vol.12, n. 23, segundo semestre de 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. In: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

_____. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2002.

_____. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, 24 p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 18-28, jan./mar. 2002.

JÚNIOR, José G. de Melo. As experiências de produção agroecológica em assentamentos de reforma agrária no Estado do Pará, uma identidade da agricultura camponesa impulsionada pelos movimentos sociais. In: **Congresso da ALASRU**, nov./2010.

MENEZES, Gerlei A.; LAMEIRA, Wanja Janayna de M.; WANZELLER, Claudionor dos Santos. **Na rota do turismo: Análise do turismo na Ilha de Mosqueiro mediante a elaboração de mapas ambientais.** Disponível em: <<http://mosqueirando.blogspot.com/2011/06/na-rota-do-turismo-analise-do-turismo.html>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

MOREIRA, Rodrigo Machado; CARMO, Maristela Simões. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. In: **Revista Agricultura**. São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

MUNIZ, Francismilson Ferreira. **Análise do Agroecossistema LAPO.** Relatório de pesquisa, do curso de Agronomia da Regional Amazônia. Belém, set./2008.

_____. **Relatório de abordagem sistêmica-LAPO.** Relatório de pesquisa, do curso de Agronomia da Regional Amazônica. Belém, 2010.

OLIVEIRA, Antônio E. M. de. **Quintais agroflorestais em assentamentos de reforma agrária na Ilha de Mosqueiro, região amazônica.** 2010. Monografia de Graduação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Belém, 2010.

OLIVEIRA, Mamede; NUNES, Teófila. **Proprietários do LAPO.** Entrevista concedida em 22.04.2011.

OLIVEIRA, Mamede; ROCHA, André Carlos. **Ter de Onde Partir. Uma experiência agroecológica no MST/Pará.** Vídeo sobre o LAPO, construído em 2010.

ROCHA, André Carlos. **Agroecologia no MST-PA: sistematização das experiências.** Texto elaborado para apoio às atividades do MST, fev./2010.

Artigo recebido para publicação em:

22 de fevereiro de 2012.

Artigo aceito para publicação em:

07 de maio de 2012.

Como citar este artigo:

PÊSSOA, Elen Cristina da Silva. “Ter de onde partir: uma experiência agroecológica no assentamento Mártires de Abril – MST (Pará)”. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n. 2, p. 9-27, 2012.